

Periodos
Formulários

Edição de formulário

REGISTRO DE IMÓVEIS

Data da correição:

Horário da correição:

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

() B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se consta da Lista Geral de Vacância publicada por meio do Aviso nº 47/CGJ/2018 e do Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2019.

Caso a vacância não conste da Lista Geral, deve ser comunicada imediatamente à Corregedoria-Geral de Justiça através do SEI, nos termos do artigo 27, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013 e Portaria Conjunta nº 696/PR/2017 (SEI).

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c art. 67, I e 69, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que é o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos artigos 121 a 123 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos? E eventual mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (e-mail), sítio eletrônico ou outro meio de comunicação utilizado pela serventia, foi imediatamente comunicada ao

diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, consoante o disposto nos artigos 4º e 56 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna que discrimine as atribuições de cada um dos escreventes designados e que contenha todos os demais requisitos contidos no art. 21, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, encaminhando cópia da respectiva Portaria e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares ao diretor do foro e à Corregedoria Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, conforme disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 21 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da Serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 46 do Provimento nº 260/CGJ/2013? Em caso de funcionamento em horário diverso do Provimento nº 260/CGJ/2013, há autorização do(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro através de Portaria, para o funcionamento de, no mínimo, 7 horas diárias?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As Tabelas de emolumentos com os valores vigentes são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (artigo 6º, § 3º, Lei nº 15.424/2004)?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ-SEF/MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'Extrato de GRCTJ Recolhidas por Período de Apuração - Somente TFJ', disponível no SISNOR)

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) Foi constatada a ausência de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa de Fiscalização Judiciária? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'TFJ Calculada, Declarada e Recolhida', disponível no SISNOR)

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) É fornecido recibo circunstanciado constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, e o valor final ao usuário, arquivando-se a respectiva segunda via na Serventia, bem como é feita a cotação desses valores à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/ 2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 105 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei nº 15.424/2004?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) Os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, conforme o disposto no artigo 62, § 2º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça, bem como é mantida a ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática do ato, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse os relatórios 'Serventias sem DAP / relatório isolado' e 'Serventias com DAP atrasada', disponíveis no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A Serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, instituído pelo Provimento nº 34/CNJ/2013 c/c art. 67, II, do Provimento nº 260/CGJ/2013, e sua escrituração obedece às normas prescritas no citado Provimento do CNJ e nos arts. 67 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos arts. 34 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos, conforme arts. 32 e 33 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida ou, mesmo estando vaga, a renda líquida não exceder ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema " Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 2º do Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça e artigos 120 e 437, inciso XI, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) O Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no art. 67, inciso III, e art. 70, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É observado o disposto no artigo 106 do Provimento nº 260/CGJ/2013, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no art. 2º §2º e art.3º do Provimento CNJ nº 77/2018, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local?

(Atenção: em caso negativo a situação deverá ser regularizada pela direção do foro em observância ao Provimento nº 77/CNJ/2018)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

23) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no art. 20 da Lei Federal nº 8935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com art. 74, inciso IX do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010 c/c art. 757, inciso II do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

25) O Oficial acessa diariamente os módulos referidos no caput do artigo 1.024-B, pelo menos duas vezes, sempre no início e no fim do expediente, a fim de receber, processar e enviar os arquivos eletrônicos e as comunicações que lhes são remetidas na plataforma da CRI-MG, bem como para atender às solicitações de informações e/ou emissão de certidão em relação aos atos praticados em suas serventias?

(ATENÇÃO: Os oficiais que optarem por solução de comunicação Webservice estarão dispensados da verificação a que se refere o §6º do artigo 1.024-B, desde que atendidas as especificações técnicas e de segurança contidas no Manual Técnico Operacional referido no § 2º do art. 1.024-B do Provimento nº 260/CGJ/2013).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

26) O Oficial remeteu à CRI-MG, por meio do Banco de Dados Simplificado-BDS, os dados estabelecidos no §1º do art. 1.024-G, até 31/12/2018 todas as matrículas abertas e registros auxiliares lavrados desde 1º de janeiro de 1990, conforme inciso VII do referido dispositivo do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) Na recepção de títulos somente para exame e cálculo, o Oficial disponibiliza ao usuário e mantém na Serventia o devido requerimento escrito e expresso do interessado, consoante o disposto no artigo 636 do Provimento nº 260/CGJ/2013, realizando a cobrança de acordo com o item 9 da tabela 4, com a devida utilização do selo, se abstendo de lançar no Livro nº 1 - Protocolo, os títulos apresentados somente para exame e cálculo, consoante vedação disposta no artigo 637 do Provimento nº 260/CGJ/ 2013? Quando requerido, eis que não é regra, a cobrança pelo exame e cálculo está sendo realizada com base na Tabela 04, item 9 do Anexo da Lei nº15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) O Oficial expede nota de exame e cálculo, de forma clara e objetiva, em papel timbrado da serventia, datada e chancelada pelo preposto responsável, acerca do exame do título apresentado e do cálculo integral dos emolumentos, abrangendo completamente a situação examinada, em todos os seus aspectos relevantes, seja para o registro, complementação ou seu indeferimento? O prazo de 15 (quinze) dias para retorno ao apresentante, da data que o título ingressou na Serventia é respeitado, ressalvados os casos de usucapião extrajudicial consoante no disposto § 1º do art. 216-A da Lei dos Registros Públicos e no § 1º do art. 1.024-A do Provimento nº 260/CGJ/2013? São emitidos e arquivados recibos da devolução dos títulos apresentados para o exame e cálculo, bem como as exigências requeridas, consoante o disposto nos artigos 638 a 641 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto nos artigos 174, 182 e 186 da Lei nº 6.015/1973 c/c os artigos 642 e 643 do Provimento nº 260/CGJ/ 2013 com a devida utilização do selo de fiscalização e fornecimento às partes de recibo-protocolo contendo numeração de ordem idêntica à lançada no Livro nº 1 - Protocolo, para garantir a prioridade do título e a preferência do direito real, consoante o disposto no artigo 648 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) O Oficial observa o procedimento de destinar a cada título um número de ordem do protocolo, independentemente da quantidade de atos que gerar, consoante o disposto no artigo 644 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) Na escrituração do Livro nº 01 - Protocolo são observados todos os requisitos previstos no artigo 175 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 647 do Provimento nº 260/CGJ/2013, sendo encerrado diariamente, consoante o disposto no artigo 184 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 651 e 652 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) O Oficial observa o dever de proceder ao exame exaustivo do título apresentado a registro, sendo que, havendo exigências de qualquer ordem, estas são formuladas de uma só vez, por escrito, articuladamente, de forma clara e objetiva, em papel timbrado do Ofício de Registro de Imóveis, com data, identificação e assinatura ou chancela do preposto responsável, para que o interessado possa satisfazê-las ou, não se conformando, requerer a suscitação de dúvida, consoante o disposto no artigo 660 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Reingressando o título no prazo de vigência da prenotação com as exigências cumpridas, o ato é praticado no prazo máximo de 15 (dias) dias, sob o mesmo número de ordem, consoante o disposto no artigo 664 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) O registro é realizado no prazo de 30 (trinta) dias da protocolização dos títulos, conforme previsto no artigo 188 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 668 do Provimento nº 260/CGJ/2013? São canceladas as prenotações, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no artigo 205 da Lei nº 6.015/73 c/c artigo 673, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) Na coluna destinada à anotação dos atos formalizados são lançados, em forma resumida, os atos praticados, inclusive nos livros anteriores ao atual sistema de registro, consoante o disposto no artigo 655 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) É respeitado o prazo de até 3 (três) dias úteis, no registro e na averbação das cédulas e notas de crédito rural, industrial, à exportação, comercial, de produto rural, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, contados da data de seu protocolo, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias corridos nos períodos cuja sazonalidade decorrente de liberação de crédito para plantio e custeio implique aumento de demanda, consoante o disposto no artigo 876, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) É respeitado o prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de seu protocolo para o registro e averbação de cédulas de crédito imobiliário e bancário, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, consoante o disposto no artigo 876, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) O registro ou a averbação da cédula de crédito bancário e da cédula de crédito imobiliário, bem como o registro da garantia do crédito respectivo, quando solicitados simultaneamente, são considerados como ato único para efeito de cobrança de emolumentos e respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária? No caso da averbação está sendo cobrada com conteúdo financeiro, de acordo com a Nota VIII da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004 e Aviso nº25/CGJ/2018, XIII?

A) Sim

B) Não

Observações

39) É observado o prazo de 5 (cinco) dias corridos para o fornecimento de certidão, consoante o disposto no artigo 19 da Lei nº 6.015/1973?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados às incorporações imobiliárias, consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 4.591/1964 e art. 958 do Provimento nº 260/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) O Oficial, ao efetuar o registro da instituição de condomínio, abre tantas matrículas quantas forem as unidades autônomas integrantes do empreendimento, consoante o disposto no artigo 943, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim

() B) Não

Observações

42) Para o registro de incorporação imobiliária é observada a necessidade de prévio registro da instituição e da convenção de condomínio, consoante o disposto no artigo 963, inciso I, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim

() B) Não

Observações

43) Para a individualização e discriminação das unidades imobiliárias é observado o disposto no artigo 44 da Lei nº 4.591/1964 e art. 942, III do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) São mantidos em arquivo e cobrado o respectivo arquivamento todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no artigo 18 da Lei nº 6.766/1979 e arts. 893 e 894 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do "Livro nº 4 - Indicador Real" (artigo 173, inciso IV e artigo 179 da Lei Federal nº 6.015/1973 e artigo 627, inciso IV do Provimento nº 260/CGJ/2013) e do "Livro nº 5 - Indicador Pessoal" (artigo 173, inciso V e artigo 180 da Lei Federal nº 6.015/1973 e artigo 627, inciso V do Provimento nº 260/CGJ/2013), os quais podem ser substituídos pelo sistema de fichas ou pelo sistema informatizado de base de dados, consoante o disposto no artigo 736 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) Para a averbação de retificação de área, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados de acordo com os valores previstos no item 1, alínea "c", da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004? (Tabela 4, item 1 alínea "c" - De qualquer documento que altere o valor do contrato ou da dívida, inserção ou alteração de medidas ou área do imóvel, inclusive em razão do desmembramento ou da fusão, por gleba ou área - metade dos valores da alínea "e" do número 5 desta tabela)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) Para a averbação de construção, baixa e habite-se, a cobrança dos emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos no item 1, alínea j, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, observando-se como parâmetro o valor da construção, conforme disposto no artigo 10, §3º, da Lei Estadual nº 15.424/2004, OU, na hipótese de não haver avaliação pelo órgão municipal competente, o valor declarado pela parte, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho da Magistratura, nos autos do Processo nº 1.0000.08.481304-7/000?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) Para o registro de formal de partilha ou de escritura pública de inventário e partilha, em se tratando de um único imóvel a ser registrado em nome de várias pessoas, em regime de condomínio, é feito um único registro em nome de todos, tendo por parâmetro o valor dos bens e direitos a serem registrados, para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, consoante o disposto no art. 10, § 3º, inciso XV, da Lei Estadual nº 15.424/2004 excluída a meação, conforme item IX do Aviso nº 25/CGJ/2018?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Para o registro de pacto antenupcial, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados "sem conteúdo financeiro", segundo os valores previstos no item 5, alínea d, da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) O registro dos pactos antenupciais e das escrituras públicas de união estável menciona os nomes e a qualificação das partes, as disposições ajustadas quanto ao regime de bens, o Tabelionato de Notas, o livro e a folha em que tiverem sido lavrados, conforme artigo 731 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim

B) Não

Observações

51) É observado o disposto no artigo 176, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.015/1973 c/c art. 686 do Código de Normas - Provimento nº 260/CGJ/2013, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho da Magistratura no Processo nº 1.0000.05.421316-0/0001, a fim de que a abertura de matrícula seja feita apenas em relação a imóveis já existentes, observada a vedação de abertura de matrícula para frações ideais de imóvel? (Provimento nº 260/CGJ/2013 - Art. 686 - é irregular a abertura de nova matrícula para parte ou fração ideal de imóvel em situação jurídica de condomínio geral.)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no artigo 290 da Lei nº 6.015/1973 e art. 15-B da Lei nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Para o registro de instituição, reserva, transferência ou cessão de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 5, alínea "e", da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Para a averbação de renúncia ou extinção de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 1, alínea "g", da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) Quando a certidão de ônus reais e a certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias são expedidas numa mesma folha, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado para cada uma delas, segundo os valores previstos no item 4, alínea "b", da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/ 2004, bem como é utilizado um selo de fiscalização para cada uma delas, conforme dispõe o artigo 11, inciso VIII, alínea "c", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005? No caso de emissão de certidão de inteiro teor da matrícula, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 4, alínea "a", da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, independente do número de folhas?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) É observado o disposto no artigo 8º, § 3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nos registros envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região bem como, é observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1972 nos registros envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) com fundamento no Provimento nº 260/CGJ/2013, arts. 684, parágrafo único e 692?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) São mantidos atualizados, perante a CRI-MG e à CNIB, os dados relativos às aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros e às indisponibilidades de bens, sendo emitidos e arquivados na serventia (em meio físico ou eletrônico) os recibos de transmissão de dados relativos ao Banco de Dados Simplificado - BDS e ao módulo "Cadastro de Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por Estrangeiro", ambos da "Central Eletrônica de Registro de

Imóveis do Estado de Minas Gerais" - CRI-MG, consoante o disposto nos artigos 117, 752, § 1º, 1.024-G, § 5º 1.024-Q, todos do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

58) A serventia abstém-se de efetuar registro dos contratos de arrendamento, afeto às atribuições do Oficial de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do disposto no artigo 127, inciso VII e parágrafo único, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, consoante o Aviso nº 41/CGJ/2011?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) Após o registro do parcelamento do solo ou da incorporação imobiliária, até a emissão da carta de habite-se, as averbações e registros relativos à pessoa do incorporador ou referentes a direitos reais de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento são realizados na matrícula de origem do imóvel e em cada uma das matrículas das unidades autônomas eventualmente abertas, considerando-se como ATO ÚNICO, para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, nos termos do artigo 237-A, § 1º, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, não importando a quantidade de unidades autônomas envolvidas ou de atos intermediários existentes?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) Desde o dia 4 de agosto de 2016, quando foi publicada a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ nos autos do Recurso Especial nº 1.142.006/MG, para o registro de cédulas e notas de crédito rural são cobrados os valores previstos na alínea "g" do item 5 da "Tabela 4" - "Atos do Oficial de Registro de Imóveis", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, segundo os parâmetros estabelecidos pelo § 3º do seu art. 10, com a utilização do tipo de tributação 1 ("normal")? É cobrado como ato único, o registro ou averbação da garantia por penhor rural, lançada exclusivamente no Livro 3 (Registro Auxiliar), conforme Nota X da Tabela 4 e orientação do item XX do Aviso nº 25/CGJ/2018?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

61) Na averbação da emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, prevista nos artigos 18 e seguintes da Lei nº 10.931/2004, quando apresentada em momento distinto da solicitação de registro da garantia real, a cobrança de emolumentos está sendo feita com valor correspondente a averbação sem valor declarado (Tabela 4, item 1, alínea "e"), de acordo com a decisão proferida pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências - Corregedoria nº 0004451-15.2011.2.00.0000, com força normativa, amplamente divulgada pelo Aviso nº 29/ CGJ/2013, de 1º de julho de 2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro de alienação fiduciária é feita tendo como parâmetro o valor da dívida, conforme previsão do art. 10, §3º da Lei 15.424/2004? (Art. 10, § 3º e inciso V da Lei 15.424/2004 - o valor do saldo devedor, em registro de contrato de alienação fiduciária e de reserva de domínio obrigatório para a expedição de certificado de propriedade)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) Nos casos de alienação fiduciária em que haja falta de pagamento das prestações por parte do devedor, estando em ordem a documentação, é expedida intimação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, bem como é realizada a cobrança pelos atos de intimação conforme o item 2, alínea "a" da tabela 4, para ser cumprida em cada um dos endereços fornecidos pelo credor fiduciário, consoante o disposto no art. 861 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) Nos casos de alienação fiduciária em que é decorrido o prazo da interpelação sem purgação da mora, tal fato é certificado, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 864 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim

B) Não

65) Nos casos de alienação fiduciária em que o devedor, seu cessionário, representante legal ou procurador, se encontrar em local ignorado, incerto ou inacessível, após certificação do fato pelo serventuário encarregado da diligência, o(a) Oficial promove a intimação por edital (publicado durante 3 dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária), contado o prazo para purgação da mora, da data da última publicação do edital, consoante o disposto no artigo 862 do Provimento nº 260/CGJ/2013 e art. 26, § 6º da Lei 9.514/1997?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela averbação do ato de desmembramento é feita de acordo com o item 1, alínea "c" e "k", da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

67) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela averbação do ato de divisão é feita de acordo com o item 5, alínea e, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004 e com fundamento a Nota I da referida Tabela, tendo como parâmetro o valor de cada unidade imobiliária surgida da divisão? (Nota I - Consideram-se registros com conteúdo financeiro aqueles referentes à transmissão e divisão, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil, aqueles constitutivos de direitos reais e as constrições judiciais decorrentes de penhora, arresto ou sequestro de imóveis)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) O Oficial procede ao registro das escrituras de união estável, quando contiverem pactos patrimoniais, no Livro nº 3 e a sua averbação (no Livro nº 2) nas matrículas dos imóveis de propriedade dos requerentes, consoante o disposto no artigo 730 e parágrafo único do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

69) O Oficial mantém registro das indisponibilidades, lançando os nomes das pessoas no Livro nº 5 - Indicador Pessoal (mesmo que na serventia não haja imóveis ou direitos registrados) inclusive das comunicações enviadas pela CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens), consoante o disposto no artigo 14, § 2º, do Provimento nº 39/CNJ/2014 c/c art. 754 do Provimento nº 260/ CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) O reconhecimento extrajudicial de usucapião é realizado de acordo com a regulamentação contida no Provimento nº 73/CNJ/2018 e art. 1.018-A do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

() A) Sim

() B) Não

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

ESTOQUE DOS SELOS FÍSICOS NA SERVENTIA - REGISTRO DE IMÓVEIS					
TIPO DE SELO	ESTOQUE INICIAL (copiar do relatório da correição anterior)	ESTOQUE FINAL	SELOS RECEBIDOS (conferir notas fiscais e DAPs desde a correição anterior)	SELOS UTILIZADOS (= Estoque Inicial + Selos Recebidos - Estoque Final)	ESTOQUE FÍSICO EXISTENTES NA SERVENTIA
Padrão					
Isento					
Certidão					
Arquivamento					

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Para preenchimento, no quadro acima, da coluna "SELOS RECEBIDOS", consulte o "Relatório de Pedidos Entregues", disponível no menu "Selo de Fiscalização Físico" do SISNOR.

2) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

3) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.

Atenção: Em caso de dúvidas na utilização do sistema ou problemas no envio dos dados ao TJMG, ligue para a Central de Atendimento do TJMG pelo telefone: (31) 3237-7060

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Rua Goiás, 229 - Centro - 30.190-925 - Belo Horizonte - MG - Brasil - TEL.: 31 3237-6100 © Copyright 1997- 2019 , Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.